

povoamentos indígenas e assentamentos coloniais no rio negro: perspectivas de pesquisa colaborativa

..... A região do rio Negro, sobretudo o beiradão desse rio, é resultado de um processo colonial de longa duração. Pesquisas arqueológicas e históricas ajudam a entender sua situação atual

Márcio Meira

Lúcia Hussak van Velthem

Helena Pinto Lima

Fernando Luiz Tavares Marques

Laure Emperaire

Décio de Alencar Guzmán

□ Este texto é uma síntese de pesquisas concluídas e em perspectiva de continuidade no médio e alto rio Negro. São pesquisas conduzidas por investigadores do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, assim como de outras instituições parceiras, e que deitam raízes tanto no histórico de investigações acadêmicas dessa instituição na região (ver box no final desse texto) como, nas últimas décadas, na crescente cooperação com o Instituto Socioambiental – ISA, com outros centros de pesquisa e, sobretudo, com os povos indígenas Tukano, Aruak e Maku, associados desde 1987 na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN.

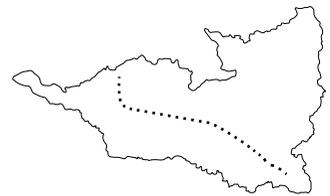
1 Esse texto apresenta a proposta de um programa de pesquisa colaborativa que resulta da longa trajetória de pesquisas e colaborações do Museu Paraense Emílio Goeldi com povos indígenas do alto rio Negro. Envolve colaboração interdisciplinar com ênfase em história, arqueologia, antropologia e etnobotânica, na perspectiva de dialogar simetricamente com os conhecimentos indígenas.

Ao lado Prospecto da fortaleza e povoação de São Gabriel da Cachoeira, onde hoje está situada a cidade homônima. Observa-se a bandeira lusitana hasteada no pequeno forte e as casas cobertas de palha.

História indígena no alto rio Negro

A ocupação humana da bacia do rio Negro é remota: a arqueologia nos informa que remonta há pelo menos oito mil anos antes do presente. Por outro lado, embora não haja estudos conclusivos sobre suas origens e os movimentos migratórios pré-coloniais, sabe-se que os povos indígenas contemporâneos estão na região há cerca de três mil anos², desde muito antes da chegada dos colonizadores europeus, o que ocorreu com mais intensidade por volta da metade do século XVII. O rio Negro, embora distante do litoral, se configurou ainda como uma região de colonização antiga na Amazônia, em decorrência da abundância de mão de obra indígena

2 As pesquisas de Eduardo Neves e sua equipe do Projeto Amazônia Central (Neves, 2012) no baixo curso do rio Negro, especificamente na área de confluência com o rio Solimões, atestam ocupações por caçadores-coletores até cerca de 8 mil anos A.P. (A.P., anos antes do presente, ou 6.500 anos A.C. Antes de Cristo) e uma sequência, com interrupções, de ocupações indígenas que se estende até os tempos da conquista europeia. Já no alto curso do rio Negro, os trabalhos pioneiros de Neves (1998, 1999) demonstram registros antigos da ocupação indígena datados de 3570 A.P.



ali capturada, como também pelas facilidades de acesso fluvial (Cabalar e Ricardo, 2006; Guzmán, 2018; Meira, 1993, 2006; Neves, 1999, 2012; Nimuendaju, 2015; Valle, 2012; Wright, 1992, 2005).

O atual território da bacia do rio Negro deve ser visto como o resultado de um processo colonial de longa duração, de uma situação indígena peculiar, onde as relações entre indígenas e colonizadores foram construídas inicialmente no contexto da expansão missionária e militar no final do século XVII, passando pelo tráfico de escravos e afirmações geopolíticas de fronteira entre Portugal e Espanha, antes e após o Tratado de Madri de 1750, e seguindo pelos desdobramentos de usos variados desses assentamentos nos séculos XIX e XX, marcados pela violência contra os indígenas, utilizados como mão de obra para o extrativismo dos produtos da floresta. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de assentamentos e a construção de fortes militares encontravam-se inseridos dentro de um amplo contexto histórico e geográfico na Amazônia do período colonial, que sofreu profundas alterações desde sua colonização até fins do século passado e que se prolonga até os dias atuais (Guzmán, 2018; Meira, 2006, 2018; Sweet, 1974; Wright, 1992).

Seguindo o padrão de conquista das coroas europeias nas Américas, muitos dos assentamentos coloniais se estabeleceram em aldeias indígenas pré-existentes, em geral em lugares que já possuíam, para os povos nativos, importância simbólica, política ou econômica. Não é à toa que na bacia do rio Negro, muitos desses lugares são considerados “sagrados” pelos povos indígenas contemporâneos, inclusive pela exposição de inúmeros petróglifos. As conclusões até agora apontadas pelos pesquisadores reconhecem, no processo de transformação dos territórios, a importância desempenhada pelos “lugares de contato” para os povos indígenas atuais. Entretanto, pouco ainda se conhece sobre a história e a arqueologia desses assentamentos indígenas pré e pós-contato, bem como os coloniais de modo específico, como é o caso dos fortes militares, aldeamentos missionários e residências de patrões do extrativismo

(Andrello, 2012; Guzmán, 2018, 2017; Meira, 2018; Neves, 2006; Scolfaro et Al, 2013; Vidal e Zucchi, 1999).

A respeito da fundamental questão da ocupação humana no rio Negro, outros aspectos devem ser considerados. Uma infinidade de fatores determina as conexões dos povos indígenas desta região com o território, os quais envolvem, há séculos (ou até mesmo milênios), espaços distintos relacionados com os núcleos sociais representados pelas aldeias, comunidades e sítios, configurando paisagens carregadas de valores simbólicos. Constitui-se o território em um espaço de vivência – de permanência e circulação – onde se efetivam redes de troca e de aliança, e de exploração dos recursos ambientais de forma sustentável. Os domínios territoriais incluem ainda locais especiais onde se concentram outros componentes do cosmos: animais, espíritos, duplos, sobrenaturais. Tais locais são importantes na formulação de mitos e de concepções cosmológicas que incluem os processos de aquisição de conhecimentos e estéticas (Cabalar, 2010; Chernela, 1993; Cornelio et al., 1999; Hugh-Jones, 1979; Lana e Lana, 1995).

Entre esses aspectos, destaca-se o fato da bacia do rio Negro ser conhecida pela alta diversidade das plantas cultivadas, em particular das mandiocas. Esta planta destaca-se no sistema agrícola, sendo mencionada nos relatos históricos como um cultivo estratégico para o abastecimento de farinha dos militares, das missões, e dos trabalhadores indígenas em várias atividades nos séculos XVIII, XIX e XX, constituindo-se um elemento central do extrativismo regional. O caso da mandioca não esgota a diversidade das plantas regionalmente cultivadas: essa riquíssima agrobiodiversidade resulta de fluxos contínuos de plantas, espécies ou variedades, de histórias variadas, locais diferenciados, resultando de contatos interétnicos ou de introduções ao longo do processo colonial. A alta diversidade de plantas cultivadas decorre da manutenção dos laços sociais da *dona da roça*, seus parentes, vizinhos e conhecidos (Velthem e Emperaire, 2016). O conhecimento dos vários povos do rio Negro dispõe de um rico corpus mítico que dife-

rencia as plantas cultivadas (às vezes silvestres porém consumidas), e que, de modo implícito, “conta” processos de domesticação (Emperaire, 2005, 2014; Emperaire et al. 2009, 2012).

As pesquisas sobre a agrobiodiversidade se desenvolvem em contextos diversificados, que incluem roças, sítios e comunidades e enfocam tanto as formas de ocupação espacial, como também dimensões mais amplas, relacionadas com a cosmologia, os espaços e os seres que a compõem. Trata-se de identificar e analisar esses processos, as histórias associadas, a partir dos relatos dos atores, que abarcam essas plantas de origem e as introduzidas, que são objetos de memória (plantas do Solimões, da Venezuela, de Manaus etc.) e dos agentes dessas introduções: os próprios indígenas, os comerciantes, os patrões, os missionários, entidades governamentais, entre outros. É, portanto, desejável que pesquisas se debruem sobre estes aspectos, contribuindo para o conhecimento da dinâmica colonial e do passado indígena – profundo e pós-contato - e para uma mais ampla compreensão dos assentamentos indígenas e coloniais, inclusive com o uso de fontes documentais, bem como das tecnologias e simbologias da cultura material, conferindo uma profundidade histórica à existência da agrobiodiversidade regional. A produção de farinha de mandioca, associada ao extrativismo regional, tem relevância também para a profunda influência do sistema de aviamento na região (Meira, 2018; Velthem, 2012; Velthem e Emperaire, 2016).

Os estudos de arqueologia histórica em sítios de assentamentos coloniais na Amazônia tiveram início no MPEG em fins da década de 1980³. Tais estudos

3 A saber, uma prospecção na área portuária de Belém, onde existiu o Forte São Pedro Nolasco. Posteriormente, nos sítios: Forte do Castelo, em Belém, Forte Santo Antônio, em Gurupá e Forte Santo Antônio de Cumaú, no estado do Pará; na Fortaleza de São José, no Amapá; e na Fortaleza Príncipe da Beira, em Rondônia. Outros sítios coloniais têm sido investigados arqueologicamente pelo MPEG nas últimas décadas, tais como o engenho Murutucu, em Belém, e o aldeamento jesuíta de Joanes, no Marajó.

revelaram dados importantes para o conhecimento das estruturas de fortes, casas, além de uma considerável diversidade de cultura material referente aos fortes militares e outros assentamentos coloniais da região, e que estão relacionados às trocas culturais, comerciais, ao uso de mão de obra, às técnicas de produção, à adaptabilidade ao meio ambiente natural, e a outras questões relacionadas ao tema. A historiografia já identificou nos assentamentos coloniais a forte presença de indígenas “descidos” dos altos cursos dos rios, pelas “Tropas de Resgates”, para trabalhos compulsórios nesses diversos locais, cujo perfil demográfico era formado por um mosaico de povos em contato dinâmico com os agentes coloniais, principalmente missionários, militares e comerciantes. O estudo deste tipo de sítio no rio Negro remete a um tema que é assaz interessante à história indígena, a saber, os contatos e as interações entre povos nativos e europeus durante um longo período, assim como as expressões da cultura material desse passado e suas ressignificações no presente (Chambouleyron, 2014; Coelho e Marques, 2012; Guzmán, 2018; Lima et al., 2018; Marques, 2006; Marques e Leite Filho, 2009; Meira, 2018; Roller, 2014; Sommer, 2000; Sweet, 1974).

O estudo interdisciplinar de assentamentos remanescentes dos tempos coloniais possibilita a compreensão de aspectos da colonização, de um ponto de vista que se estende para além da documentação histórica escrita, disponível em arquivos. Investigar o passado como um todo requer uma abordagem que ultrapasse os métodos da história, assumindo um caráter multidisciplinar na medida em que a arqueologia, e em alguma medida a antropologia, têm como objetivo também o conhecimento do passado humano, pressupondo assim a necessidade de uma integração entre estas ciências e demais áreas correlatas. A arqueologia possibilita o conhecimento inerente aos restos materiais e paisagens, que se encontram nestes sítios. A partir de um recorte temporal de longa duração, iniciando-se bem antes da colonização europeia, deve-se incluir as memórias e histórias posteriores dos diversos sujeitos e categorias sociais que constituíram o universo desses assentamen-

tos. As pesquisas antropológicas sobre cultura material fornecem dados a serem confrontados com os dados arqueológicos, enriquecendo as análises, buscando compreender os possíveis padrões de instalação, permanências e mudanças destas unidades, verificando especificidades ambientais e organização espacial (Kern, 1988; Ribeiro e Van Velthem, 1992).

Por exemplo, na medida em que objetivamos compreender os processos culturais a partir de artefatos que venham a fornecer uma reconstrução da cultura peculiar vivenciada nos fortes, utilizamos os conceitos da chamada nova arqueologia, ou arqueologia processual. Por outro lado, ao interpretar os artefatos resultantes de contatos interétnicos como reflexos dos meios de vida e também dos modos de produção, empregamos as ideias da arqueologia social, conceito que por sua vez é encontrado na arqueologia pós-processual, como também nas abordagens da chamada história indígena. A etnologia, a história indígena, e a ecologia histórica, por sua vez, podem fornecer referências importantes sobre as memórias indígenas acerca desses sítios e paisagens localizados em áreas de ocupação tradicional de povos Aruak, Tukano e Maku, que permaneçam ainda desconhecidas nos respectivos locais em que foram produzidos até os dias atuais. Tais referências podem contribuir para o entendimento das percepções indígenas sobre suas trajetórias históricas. Qual o papel desempenhado, por exemplo, pelos povoamentos indígenas e assentamentos coloniais localizados no rio Negro, inclusive os fortes militares de São Gabriel da Cachoeira e São José de Marabitanas, ambos estabelecidos sobre antigas aldeias indígenas? (Carneiro da Cunha, 1992; Orser Jr., 1992).

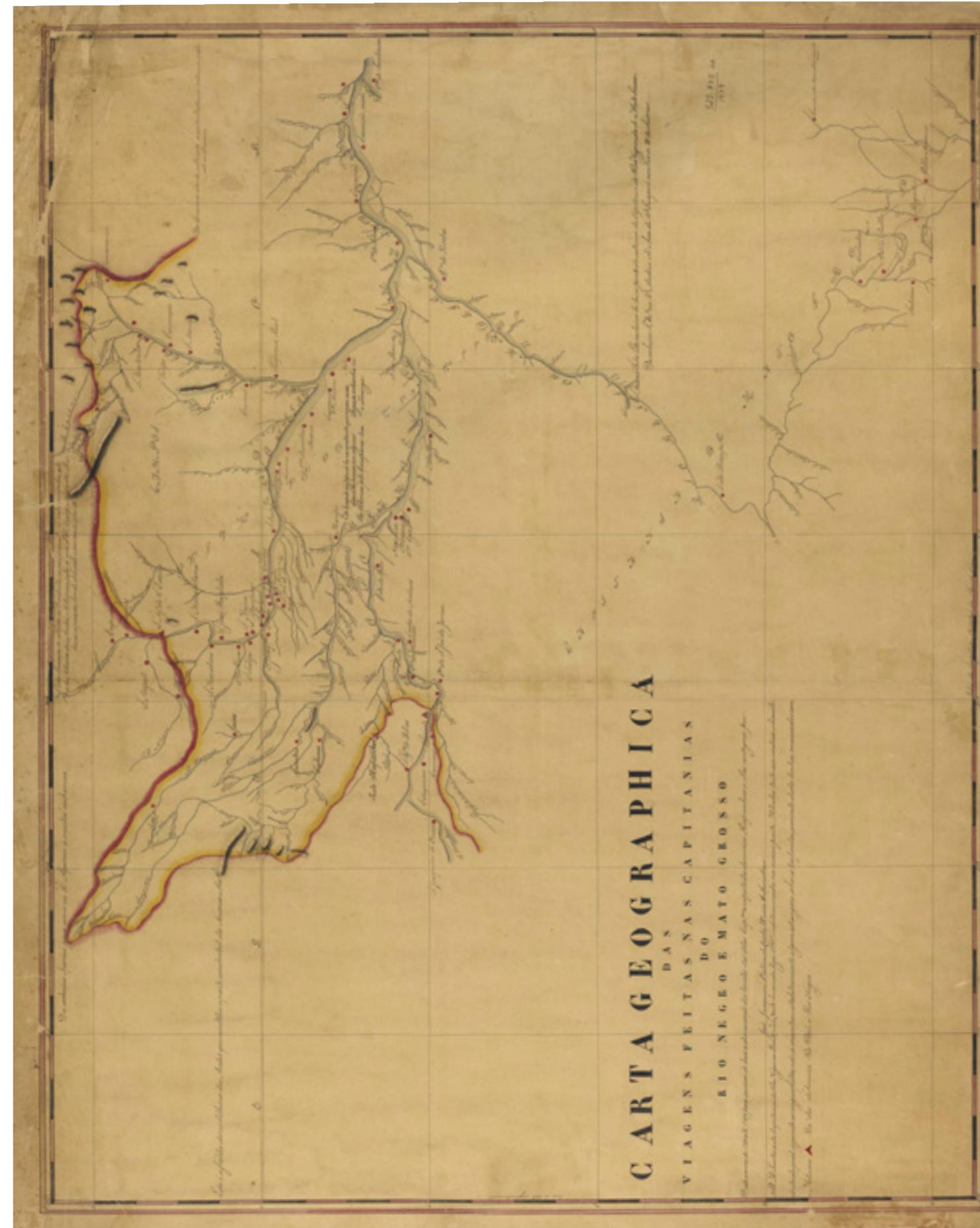
A potencialidade dos estudos da sobreposição de assentamentos coloniais e indígenas no rio Negro se dá, portanto, através da vasta quantidade de material documental histórico nos arquivos e nas coleções culturais e biológicas de museus (inclusive nos acervos do MPEG), e nas muitas abordagens que podem ser desenvolvidas, relacionadas, por exemplo, à tradição oral, ao processo

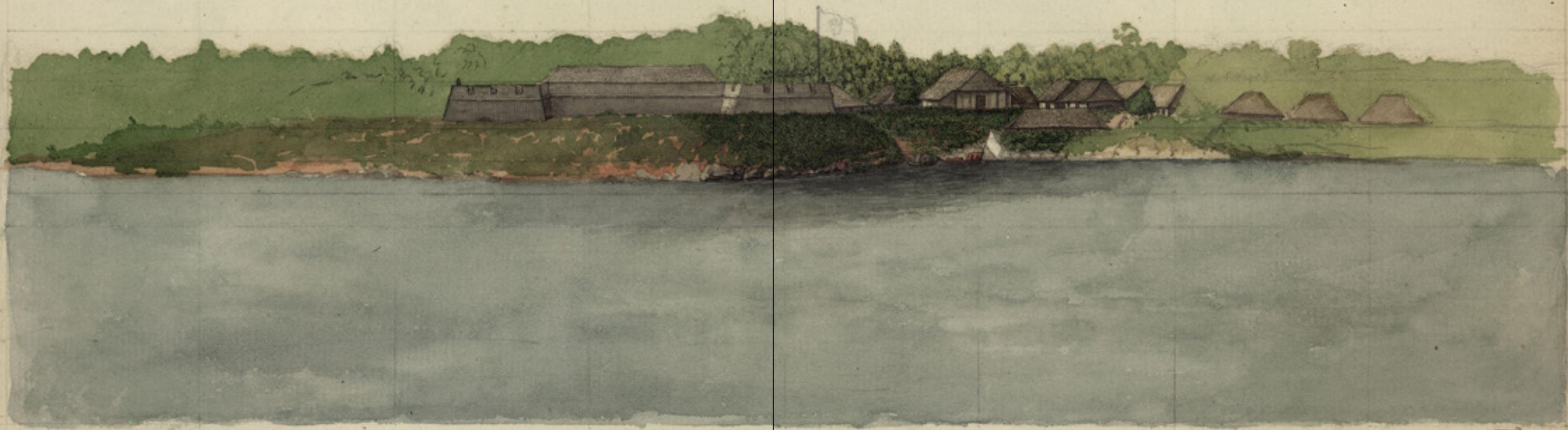
colonial, à história indígena, à cultura material, aos processos de transformação cultural, à ecologia histórica e às especificidades geográficas, além de outras possibilidades etno-históricas. Pode contribuir para a produção de conhecimentos sobre a territorialidade indígena, o processo de ocupação humana do ponto de vista da história indígena e do processo colonial. Pode ainda trazer subsídios para políticas de difusão e valorização cultural sobre a arqueologia e a história indígena, assim como contribuir para o conhecimento sobre os processos de implantação de assentamentos coloniais e fortes militares e as formas de interação com povos indígenas nesses assentamentos.

As possibilidades analíticas e perspectivas para colaboração não findam aí. Dada a ausência de neutralidade de qualquer campo científico, particularmente dos estudos humanos, pesquisas de natureza histórica (e afins) podem ser importantes ferramentas para a legitimação de demandas e criação de políticas públicas para os povos indígenas da região. Com este texto objetivamos elencar problemas e possibilidades de pesquisa, mas sobretudo, alargar os caminhos para colaborações entre os pesquisadores do MPEG, de outras instituições e os povos indígenas do alto rio Negro.

Ao lado 1. Carta Geográfica feita pelo matemático José Joaquim Vitório da Costa - 1797, com a localização dos assentamentos coloniais até aquela data no rio Negro.

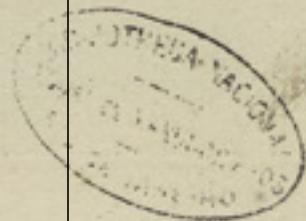
Nas próximas páginas 1. Prospecto da Fortaleza de Marabitanas no alto rio Negro - 1785; 2. Prospecto do Lugar de N. S. do Loreto de Maçaraby, margem esquerda do rio Negro, acima de Santa Isabel - 1783.





Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. José de Marabitanas. Em 18 de Maio de 1755. Frisco

Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. José de Marabitanas.





ST. JOHN'S, NEW BRUNSWICK
SEP 20 1850

Prospecto do Lugar de N. S. do Livramento de Macau.

ST. JOHN'S, NEW BRUNSWICK
SEP 20 1850

Fine

História de pesquisas do Museu Paraense Emílio Goeldi no rio Negro

O MPEG tem uma longa trajetória de pesquisa e colaboração com os povos indígenas do alto rio Negro. Não é à toa que em seus acervos arqueológico e etnográfico encontram-se importantes coleções oriundas desta região, incluindo parte dos materiais coletados no início do século XX pelo alemão Theodor Koch-Grünberg⁴, e peças arqueológicas recolhidas no rio Uaupés⁵. Os acervos de Etnologia e de Arqueologia possuem expressivo conjunto de peças tombadas como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, como patrimônio cultural brasileiro e são testemunhos da atuação pioneira do MPEG desde sua fundação, no século XIX.

Entre 1950 e 1970, Eduardo Galvão (Galvão, 1979) e Adélia Oliveira (Oliveira, 1973, 1975a, 1975b, 1979) fizeram pesquisas entre os Baniwa do rio Içana e os processos de mudança cultural e de aculturação entre indígenas e “caboclos” no médio rio Negro⁶. No final dos anos 1970, Antônio Maria Santos (Santos, 1984) estudou a etnicidade indígena em São Gabriel da Cachoeira, e desde então tem colaborado com pesquisas em antropologia e etnomusicologia nesta região (Barros e Santos, 2007). Entre 1985 e 1988, no quadro do acordo de cooperação científica com a instituição francesa ORSTOM (atual

4 As coleções Koch-Grünberg (1905) e José Hidasi (1960) encontram-se salvas guardadas na Reserva Técnica Curt Nimuendaju, no campus de pesquisa do MPEG em Belém/PA. Têm se prestado a estudos antropológicos, mas sobretudo a projetos de curadoria colaborativa com povos indígenas.

5 São fragmentos cerâmicos recebidos por doação, e que estão sob a guarda da Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, na área de arqueologia do MPEG.

6 Os cadernos de campo originais e fotos de Eduardo Galvão e sua esposa Clara Galvão, no rio Negro dos anos 1950, constituem o Fundo Eduardo Galvão, salvas guardado no Arquivo Guilherme de La Penha, no campus de pesquisa do MPEG em Belém/PA e tem servido de fonte para pesquisas antropológicas e históricas sobre a região.

IRD), o MPEG contou com a colaboração da antropóloga Dominique Buchillet, que atuou entre o povo Desana, no rio Tiquié, sobretudo com pesquisas sobre xamanismo (Buchillet, 2002).

Márcio Meira iniciou pesquisas sobre o médio rio Negro e Xié em 1986, realizando também ações indigenistas no médio rio Negro. A partir de 1994, juntamente com Décio Guzmán, do Departamento de História da Universidade Federal do Pará - UFPA, mantém colaboração em pesquisa e ensino sobre a história indígena (Guzmán, 1997, 2008, 2017, 2018; Meira, 1993, 2006, 2018; Meira e Pozzobon, 1999). Entre 1997 e 2001, o antropólogo Jorge Pozzobon realizou pesquisas no alto rio Negro, e escreveu relevantes artigos e livros sobre os Yuhupde e Hupda (Maku) e suas relações com os demais grupos Tukano e Aruak da região, além de ter contribuído ativamente em ações indigenistas em parceria com o ISA e a FOIRN (Pozzobon, 2002, 2011).

Lúcia Hussak van Velthem iniciou suas pesquisas no rio Negro em 1995, inclusive com a montagem de exposições em colaboração com os indígenas e documentação de coleções, e desde 2005 participa do programa bilateral franco-brasileiro Pacta (Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados, convênio CNPq – Unicamp/IRD – UMR 208), cujos estudos em parceria com Laure Empeaire e a ACIMRN, abordam o sistema agrícola tradicional, as plantas cultivadas, a culinária e a cultura material associadas a esse sistema, reconhecido em 2010 pelo Iphan como patrimônio nacional (Empeaire, 2005, 2014; Empeaire et al. 2009, 2012; Velthem, 2012).

A partir dos anos 2000, Glenn Shepard Jr. e colaboradores passaram a desenvolver trabalhos junto ao povo Baniwa, com ações em curadoria compartilhada (Shepard Jr. et al., 2017) e posteriormente com trabalhos em ecologia histórica (Pimenta et al. 2018).

No âmbito do ensino/formação, a pesquisadora Helena Pinto Lima atua desde 2010 como professora colaboradora da Licenciatura Políticas Educacionais

e Desenvolvimento Sustentável, oferecida pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM no município de São Gabriel da Cachoeira. A proposta pedagógica do ensino via pesquisa possibilitou que muitos estudantes indígenas das calhas dos rios Negro, Uaupés e Içana (polos em Cucuí, Taracua e Tunuí-Cachoeira) desenvolvessem práticas investigativas nas áreas de arqueologia, patrimônio e afins, nas próprias línguas indígenas.

No campo da formação em nível de pós-graduação, o recém aprovado curso de mestrado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) intitulado Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural - PPGDS, abre uma nova e promissora perspectiva para a incorporação de estudantes indígenas oriundos do rio Negro. O programa, que terá início em agosto de 2019, configura um projeto de formação com perspectiva notadamente interdisciplinar, que reúne como docentes pesquisadores das áreas de antropologia, arqueologia, linguística, sociologia, história, ciência da informação e biologia. Com área de concentração em “Dinâmicas históricas e contemporâneas da diversidade sociocultural”, o PPGDS prioriza análises de transformações socioculturais na Amazônia. O curso está estruturado em três linhas de pesquisa - “Cultura e patrimônio”; “Povos indígenas e populações tradicionais”; “Socioecologia, diversidade sociocultural e ocupação territorial”.

Atualmente, vários desses pesquisadores, do MPEG e de instituições parceiras, reuniram-se em torno de uma proposta comum, com o intuito de consolidar a atuação da instituição no alto rio Negro e fortalecer a parceria com as instituições e povos daquela região. Trata-se de uma abordagem acadêmica colaborativa, tributária de várias pesquisas já realizadas na região e aberta a novas parcerias, sobretudo indígenas. O tema em prospecção, “Povoamentos Indígenas e Assentamentos Coloniais no Rio Negro”, tem caráter transdisciplinar, uma vez que envolve não somente interesses de diversas áreas de conhecimento, com ênfase na história, arqueologia, antropologia e etnobotânica, como busca dialogar simetricamente com os conhecimentos indígenas ■

Referências

- Andrello, G. (org.) (2012). *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro*. São Paulo: ISA: FOIRN.
- Barros, L. C. S.; Santos, A. M. S. (2007). Fronteiras étnicas nos repertórios musicais das ‘festas de santo’ em São Gabriel da Cachoeira Alto Rio Negro, AM. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*.
- Buchillet, D. (2002). *Contas de vidro, enfeites de branco e “potes de malária”. Epidemiologia e representação de doenças infecciosas entre os Desana do alto rio Negro*. In: Albert, B.; Ramos, A. Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: UNESP: IRD, p. 113-142.
- Cabalzar, A. (Org.) (2010). *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro, Noroeste Amazônico*. São Paulo: ISA: FOIRN.
- Cabalzar, A.; Ricardo, C. A. (2006). *Povos indígenas do rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA: FOIRN.
- Carneiro da Cunha, M. (1992). *História dos Índios no Brasil*, São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras.
- Chambouleyron, R. (2014). Cacao, Bark-Clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review* 51.1: 1–35.
- Chernela, J. M. (1993). *The Wanano Indians of the Brazilian Amazon: a sense of space*. Austin: University of Texas Press.
- Coelho, R. A. G. G.; Marques, F. L. T. (2012). *Processo de Contato e Primórdios da Colonização na Baixa Bacia do Amazonas (Séculos XVI/XVIII). Velhos e Novos Mundos Estudos de Arqueologia Moderna*. 1ed. Lisboa: CHAM Centro de História do Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, v. 1, p. 277-284.
- Cornelio, J. M. et al. (1999). *Waferinaipe ianheke: a sabedoria de nossos antepassados, histórias dos Hohodene e dos Walipere-Dakenai do rio Aiarí*. São Gabriel da Cachoeira, AM: Acira: FOIRN.
- Empeaire, L. (2005). A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 32:23-35.

_____ (2014). *Patrimônio cultural e modernidade no Rio Negro (Amazonas)*. In: Carneiro da Cunha, M. e Cesarino, P. N. (eds) Políticas culturais e povos indígenas. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Emperaire, L.; Velthem, L.H. van; Oliveira, A. G. de Santilli; J. Carneiro Da Cunha, M.; Katz, E. (2009). *Dossiê de registro do Sistema agrícola tradicional do Rio Negro como patrimônio imaterial do Brasil*. Brasília: Iphan/IRD.

Emperaire, L.; Velthem, L.H. van; Oliveira, A. G. de (2012). Patrimônio cultural imaterial e sistema agrícola: o manejo da diversidade agrícola no médio Rio Negro (AM). *Ciência e Ambiente* 44, 154-164.

Galvão, E. (1979). *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guzmán, D de A. (1997). *Histórias de Brancos: memória, historiografia dos índios Manao do rio Negro (secs XVIII-XX)*. 182 f. 1997. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

_____ (2017). “La primera urbanización de los “abunás”. Mamelucos, indios y jesuitas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII”. *Boletín Americanista*, año lxvii, 2, n.º75, Barcelona, págs. 53-73.

_____ (2008). A colonização nas Amazônia: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. III, nº2, p. 103-139.

_____ (1998). *Les Chefferies indigènes du Rio Negro à l'époque de la conquête de l'Amazonie, 1650-1750*. Le Cas des Indiens Manao. Mémoire de DEA, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

_____ (2018). *Dans le labyrinthe du Kuwai: Échanges, guerres et missions dans la vallée de l'Amazone (1650-1750)*. Tese de doutorado – Universidade de Sorbonne, Paris.

Hugh-Jones, C. (1979). *From the milk river: spatial and temporal processes in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kern, A. (1998). *A Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Lana, F. A.; Lana, L. G. (1995). *Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kehíripõã*. São Gabriel da Cachoeira, AM: Unirt: FOIRN.

Lima, H. P.; Marques, F. L. T.; Mesquita, F. J. L. (2018). *Forte Santo Antônio de Gurupá*. Belém: Iphan/Marques Editora.

Marques, F. L. T. (2006). *Investigação arqueológica na Feliz Lusitânia*. In: Feliz Lusitânia. Forte do Presépio—Casa das Onze Janelas—Casario da rua Champagnat. Belém: Secult, p. 147-220.

Marques F.L.T.; Leite Filho, D. (2009). Arqueologia em fortificações na fronteira oeste da Amazônia colonial: possibilidades de pesquisa também enquanto espaços de contatos interétnicos. 1º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Anais.

Meira, M. (1993). *O tempo dos patrões: extrativismo da piaçava entre os índios do rio Xié (alto rio Negro)*. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

_____ (1993). *Livro das canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: NHII: USP: Fapesp.

_____ (2006). *Índios e brancos nas águas pretas: histórias do rio Negro*. In: Forline, Louis; Murrieta, Rui; Vieira, Ima. Amazônia além dos 500 anos. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 183-226.

_____ (2017). *A Persistência do Aviamento: Colonialismo e História Indígena no Noroeste Amazônico*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UNIRIO.

Meira, M.; Pozzobon, J. (1999). De Marabitanas ao Apapóris - Um diário de viagem inédito do Noroeste Amazônico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 15, n. 2, p. 287-335.

Neves, E. (1998). *Paths in dark waters: archaeology as indigenous history in the Upper Rio Negro basin, Northwest Amazon*. Tese de doutorado, Indiana University, Bloomington, IN.

_____ (1999). Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto do rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento, n. supl. 3, p. 319-330.

_____ (2006). *Tradição oral e arqueologia na história indígena no alto rio Negro*. In: Forline, L. C.; Murrieta, R.; Vieira, I. Amazônia além dos 500 anos. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 71-108.

_____ (2012). *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central (6.500 AC—1.500 DC)*. 2012. Tese (Livro Docência)—Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nimuendaju, C. (2015). *Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés*. Rio de Janeiro: Museu do Índio: Funai. Original de 1927.

Oliveira, A. E. de (1975a). A Terminologia de Parentesco Baniwa (1971). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 56 (Nova Série).

_____ (1975b). São João—Povoado do Rio Negro (1972). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 58 (Nova Série).

_____ (1979). Depoimentos Baniwa sobre as relações entre índios e ‘civilizados’ no rio Negro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 72 (Nova Série).

Orser Jr, C. (1992). *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

Pimenta, N. C. et al. (2018). Differential resilience of Amazonian otters along the Rio Negro in the aftermath of the 20th century international fur trade. *PloS one*, v. 13, n. 3, p. e0193984.

Pozzobon, J. (2011). *Sociedade e improviso: estudo sobre a (des) estrutura social dos índios Maku*. Rio de Janeiro: Museu do Índio: Funai.

_____ (2002). *Vocês brancos não têm alma: histórias de fronteiras*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Universidade Federal do Pará.

Ribeiro, B.; Van Velthem, L. H. (1992). *Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia*. In: Cunha, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras, p. 103-112.

Roller, H. F. (2014). *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Santos, A. M. (1984). *Etnia e urbanização no alto rio Negro: São Gabriel da Cachoeira-AM*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Scolfaro, A. et al. (Orgs) (2013). *Cartografia dos sítios sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia/primeiro informe de avanços*. São Paulo: ISA: Iphan: Ministério de Cultura de Colômbia.

Shepard Jr, G. H.; Garcés, C. L. L.; Robert, P. D.; Chaves, C. E. (2017). Subject, object, grandpa, enemy: a comparative ethnomuseology among the Mebêngôkre-Kayapó and Baniwa of Brazil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12(3), 765-787.

Sommer, B. A. (2000). *Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758–1798*. PhD diss., University of New Mexico—Albuquerque.

Sweet, D. G. (1974). *A Rich Realm of Nature Destroyed: the Middle Amazon Valley, 1640–1750*. PhD diss., University of Wisconsin—Madison.

Valle, R. B. M. (2012). *Os petróglifos da bacia do rio Negro, Estado do Amazonas*. 2012. Tese (Doutorado)—Universidade de São Paulo, São Paulo.

Velthem, L. H. van (2012). Cestos, peneiras e outras coisas: a expressão material do sistema agrícola no rio Negro. *Revista de Antropologia* 12, São Paulo: EDUSP.

Velthem, L. H. van; Emperaire, L. (2016). *Manivas Aturás Beijus. O sistema agrícola Tradicional do Rio Negro. Patrimônio Cultural do Brasil*. Santa Isabel do Rio Negro: ACIMRN.

Vidal, S.; Zucchi, A. (1999). Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indígenas del Noroeste Amazônico (1798-1830). *Colonial Latin American Review*, v. 8, n. 1, p. 113-132.

Wright, R. (1992). *História indígena do Noroeste da Amazônia, hipóteses, questões e perspectivas*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras. p. 253-266.

número 3 ■
abril 2019



aru

.....
revista de pesquisa intercultural
da bacia do rio negro, amazônia
.....